GRAFICA DIARIO POPULAR LTDA:92195429000108

Assinado de forma digital por GRAFICA DIARIO POPULAR LTDA:92195429000108
Dados: 2024.04.19 08:40:56 -03'00'

ESTALEIROS DO BRASIL LTDA.

CNPJ nº 09.628.613/0001-42

Demonstrações Contábeis em 31/12/2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanço Patrimonial (Em milhares de reais)

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (**nota 3**)	6.671	29.115
Contas a receber (**nota 4**)	689.244	447.139
Adiantamentos a fornecedores (**nota 5**)	40.137	64.027
Estoques (**nota 6**)	528.079	322.607
(-) Alocações construções em andamento	(97.713)	(82.022)
Impostos a recuperar (**nota 7**)	20.010	8.343
Bloqueios judiciais (**nota 9**)	15.444	15.444
Outros ativos	4.569	9.995
	1.206.441	**814.648**
Não circulante		
Contas a receber	39.255	-
Outros ativos	2.120	20
	41.375	**20**
Investimentos		
Imobilizado (**nota 10**)	327.886	332.313
Intangível (**nota 11**)	5	9
	327.891	**332.322**
Total do ativo	**1.575.707**	**1.146.990**

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Empréstimos (**nota 12**)	9.911	10.451
Fornecedores (**nota 13**)	65.834	46.809
Partes relacionadas (**nota 9**)	291.030	195.091
Estoque de terceiros em nosso poder (**nota 6**)	355.802	136.014
Obrigações sociais e trabalhistas (**nota 14**)	39.393	23.019
Tributos a recolher (**nota 15**)	6.914	1.997
Adiantamentos de clientes (**nota 16**)	620.227	463.750
Provisões (**nota 17**)	126.334	69.269
	1.515.445	**946.400**
Não circulante		
Partes relacionadas (**nota 8**)	1.120.485	1.268.236
Tributos a recolher (**nota 15**)	512	1.024
Provisões (**nota 17**)	8.063	7.568
	1.129.060	**1.276.828**
Patrimônio líquido (nota 18)		
Capital social	58.828	58.828
Prejuízos acumulados	(1.127.626)	(1.135.066)
	(1.068.798)	**(1.076.238)**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.575.707**	**1.146.990**

Demonstração Resultado do Exercício

(Em milhares de reais)

Operações continuadas	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida (**nota 19**)	**935.363**	**355.312**
Custos dos serviços prestados (**nota 20**)	(952.177)	(345.613)
Lucro (prejuízo) bruto	**(16.814)**	**9.699**
Despesas gerais e administrativas (**nota 21**)	(65.561)	(48.380)
Prejuízo operacional	**(82.375)**	**(38.681)**
Despesas financeiras	(89.249)	(181.292)
Receitas financeiras	183.982	439.892
Resultado financeiro, líquido (nota 22)	**94.733**	**258.600**
Outras receitas (despesas) não operacionais	(4.918)	1.838
Lucro do exercício	**7.440**	**221.757**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2022	**58.828**	**(1.356.823)**	**(1.297.995)**
Lucro líquido do exercício	-	221.757	221.757
Em 31 de dezembro de 2022	**58.828**	**(1.135.066)**	**(1.076.238)**
Lucro líquido do exercício	-	7.440	7.440
Em 31 de dezembro de 2023	**58.828**	**(1.127.626)**	**(1.068.798)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(Em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício	**7.440**	**221.757**
Depreciação	16.476	13.316
Amortização	4	7
Variação cambial sobre mútuo com partes relacionadas	(146.456)	(252.209)
Juros sobre empréstimos obtidos	(217)	(203)
Juros sobre mútuo com partes relacionadas	32.209	(8.814)
Baixa de imobilizado	6.028	-
Provisões	57.560	22.762
	(34.396)	**(225.141)**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(281.360)	(351.010)
Estoques	30.007	(103.284)
Adiantamento a fornecedores	23.890	(27.439)
Impostos a recuperar	(12.179)	2.522
Outros créditos	3.326	(6.633)
Fornecedores	19.025	40.024
Adiantamento de clientes	156.477	422.815
Obrigações trabalhistas	16.374	18.158
Bloqueios judiciais	-	(13.619)
Impostos a recolher	4.917	(2.428)
	(39.523)	**(20.894)**
Caixa aplicado nas operações	**(66.479)**	**(24.278)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao ativo imobilizado e ao ativo intangível	(18.077)	(32.164)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	**(18.077)**	**(32.164)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos bancários	(323)	2.154
Mútuos a pagar de partes relacionadas	62.435	50.804
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**62.112**	**52.958**
Fluxo de caixa do exercício	**(22.444)**	**(3.484)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	29.115	32.599
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.671	29.115

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Levantadas -

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: A Estaleiros do Brasil Ltda. ("EBR") foi constituída em 06/06/2008, com sede social em São José do Norte, Rio Grande do Sul, tendo por objeto social as seguintes principais atividades: **a)** A construção e reparo de navios, embarcações, diques flutuantes e plataformas para exploração e produção de petróleo; **b)** Prestação de serviços de engenharia, arquitetura e elaboração de projetos relacionados à exploração, refino e transporte de petróleo, seus derivados, gás e biocombustíveis, construção, manutenção e operação de plataformas marítimas (offshore) de petróleo, gás e seus derivados, bem como destinados à indústria petroquímica, fertilizantes, infraestrutura e indústria da construção civil; **c)** Construção, manutenção e reparo de plataformas marítimas de petróleo e gás, gasodutos e de unidades industriais para as atividades relacionadas à exploração e refino de petróleo e gás. A EBR é subsidiária direta da TS Participações e Investimentos S.A. (TSPI), empresa que faz parte do Grupo Toyo Setal, associação entre a SOG Óleo e Gás S.A. (Grupo Setal, do Brasil) e a Toyo Engineering Corp. (do Japão). **1.1 Projetos: NOV:** Em 27/07/2021, a EBR assinou contrato com a NOV INTERVENTION AND STIMULATION EQUIPMENT - AFTERMARKET COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA. para a fabricação do módulo TS-061 e de um Teg da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform"), denominada FPSO Almirante Tamandaré Búzios 6. A entrega dos módulos foi realizada em junho de 2023. Em 18/01/2022, a EBR assinou contrato com a NOV INTERVENTION AND STIMULATION EQUIPMENT - AFTERMARKET COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA. para a fabricação do módulo TS-061 e de um Teg da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform"), denominada FPSO Alexandre de Gusmão Mero 4. A entrega dos módulos foi realizada em agosto de 2023. **SBM:** Em 06/10/2021, a EBR assinou contrato com a SINGLE BUOY MOORINGS INC para a fabricação dos módulos topside TS-002 e TS-045, TS-051 e TS-170 da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform"), denominada FPSO Mero 4. A entrega dos módulos foi realizada em outubro de 2023. **SAIPEM:** Em 27/12/2021, a EBR assinou contrato com a SAIPEM S.A. para a fabricação dos módulos M01, M04, M08, M10, M11, M14 e M15 da FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading Platform"), denominada FPSO P79. A entrega dos módulos está prevista para agosto de 2024. **MODEC:** Em 20/07/2023, a EBR assinou contrato com a Offshore Frontier PTE Ltd. para prestação de serviços de engenharia. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de Conformidade (com Relação às Práticas Contábeis Adotadas no Brasil):** As demonstrações contábeis da EBR referentes ao exercício findo em 31/12/2023, foram elaboradas no pressuposto da continuidade normal de seus negócios, observando (i) as práticas contábeis adotadas no Brasil; (ii) as disposições da legislação societária, previstas na Lei 6.404/76, com alterações da Lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09 e (iii) os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração aprovou as demonstrações contábeis em 25/03/2024. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26R1 (apresentação das demonstrações contábeis). **b) Base de Mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos, como instrumentos financeiros os quais são mensurados pelo valor justo. **c) Uso de Estimativas e Julgamentos:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com a utilização de diversas bases de avaliação e estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação dessas demonstrações contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e avaliação de sua recuperabilidade nas operações, assim como a análise de riscos para determinação de provisões, inclusive para riscos de demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes do registrado nas demonstrações contábeis, em função das incertezas inerentes ao próprio processo de estimativa. A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas. **d) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** A moeda funcional da EBR é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis, e estão apresentadas em milhares de reais. **2.1 Principais Práticas Contábeis Adotadas: a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista, expressos em reais, sem restrição de uso e que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos ou outros fins. A EBR considera como equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **b) Reconhecimento da Receita e dos Custos nos Contratos de Longo Prazo:** A receita de prestação de serviços é apurada e reconhecida em virtude da evolução física do projeto. A receita compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja praticamente certo que resultem em receita e possam ser mensurados de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado do exercício na medida do estágio de conclusão do contrato de acordo com o percentual de conclusão de cada um dos projetos. Os custos de cada contrato são reconhecidos como resultado no período em que são incorridos, a menos que criem um ativo relacionado à atividade de contrato futuro. Quando o resultado de um contrato de prestação de serviços não puder ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos desde que sua recuperação seja provável. Se for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente no resultado do exercício na rubrica "Custo dos serviços prestados" e um passivo é registrado na rubrica "Provisões". Os montantes faturados ou a faturar registrados com base no trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como ativo, na rubrica "Contas a receber de clientes". **c) Reconhecimento de Arrendamentos:** A EBR identifica os ativos de seus contratos de arrendamentos e, quando aplicável, reconhece os direitos de uso relativos aos arrendamentos no ativo imobilizado - Direitos de Uso - em contrapartida aos Arrendamentos no passivo circulante e não circulante de acordo com o pronunciamento contábil CPC 06(R2) - Arrendamentos. **d) Transações e Saldos em Moeda Estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data dos balanços e todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado. **e) Instrumentos Financeiros e Derivativos:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a EBR se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre na data de balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. O principal instrumento financeiro da EBR é o caixa e equivalentes de caixa. São classificados como caixa e equivalentes numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez em instituições financeiras de primeira linha, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificantes mudanças de valor. **f) Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido (preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas). O custo dos estoques inclui o custo histórico de aquisição, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. **g) Tributação:** Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Corrente. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$240.000,00 por ano e 9% de CSLL e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais somente são reconhecidos com base na expectativa de rentabilidade futura, suportada por estudos e projeções. No encerramento das demonstrações contábeis, os créditos tributários decorrentes de diferenças, assim como os créditos decorrentes de prejuízos fiscais não foram reconhecidos, pois atualmente não há expectativa de realização futura de curto prazo. **h) Impostos sobre Vendas:** As outras receitas de vendas no mercado nacional estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas alíquotas básicas:

Descrição	Alíquotas
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	3,00% a 7,60%
Programa para Integração Social (PIS)	0,65% a 1,65%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas em outras receitas na demonstração do resultado. As receitas de exportação inerentes a operação da EBR (nota 18) não estão sujeitas aos impostos e contribuições destacados acima. **i) Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Não foram identificados nas demonstrações financeiras de 2023 e 2022 ajustes a serem contabilizados referentes a redução ao valor recuperável de bens do seu ativo imobilizado. Os bens do ativo imobilizado, adquiridos com recursos próprios ou através de arrendamentos, são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento do período e eventuais ajustes, quando necessários, são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. **j) Intangível:** Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas com base no método linear ao longo da sua vida útil. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos ao encerramento de cada exercício e eventuais ajustes, quando necessários, são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. **k) Provisões:** A EBR é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas quando consideradas as alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **l) Outros Ativos e Passivos (Circulantes e Não Circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **m) Adoção de Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Emitidos pelo IASB e CPC:** i. **Normas e Interpretações Revisadas a partir de 01/01/2023:** As seguintes revisões e alterações normativas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e para serem efetivas para exercícios iniciados a partir de 01/01/2023: • **CPC 26 (R1) -** Apresentação das demonstrações contábeis/IAS 1 - Presentation of Financial Statements/IFRS 2 - Practice Statements (Divulgação de políticas contábeis "materiais" em vez de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las); • **CPC 23 -** Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro/IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors (Explicação da distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros); • **CPC 50 Contratos de seguro/IFRS 17 -** Insurance Contracts (todas as entidades, incluindo aquelas que não são seguradoras, também terão de considerar se celebraram quaisquer contratos que cumpram a definição de contratos de seguro); • **CPC 312/ IAS 12 -** Tributos sobre o Lucro (Requer isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE - Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Na avaliação da Administração, as referidas alterações não resultaram em impactos materiais nas demonstrações contábeis da Companhia. **ii. Normas e Interpretações Emitidas que não estão em Vigor no Exercício de 2023:** • Alterações à IAS 1, CPC 26 (R1) Passivos como Circulante ou não Circulante - Implementação 2024; • Alterações à IAS 7, CPC 03 (R2) e à IFRS 7 CPC 40 (R1) Acordos de Financiamento de Fornecedores - Implementação 2024; • Alterações IFRS 16, CPC 06 Passivo de Arrendamento Mercantil Sales and Leaseback - Implementação 2024; • Alterações IAS 21 CPC 02 (R3) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis - Implementação em 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	49	8
Bancos	152	22.915
Aplicações financeiras	6.470	6.192
Total	**6.671**	**29.115**

Em 2023 e 2022 as aplicações financeiras estão efetuadas em CDB, Operações Compromissadas e Aplicações Automáticas atreladas em Fundos de Investimento nos bancos Santander, Daycoval, Banco do Brasil e ABC com remuneração variando entre 65% e 100% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

4. Contas a receber:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Circulante/Valores faturados		
Cameron Sepetiba	-	32.956
Brunel	-	688
Saipem P79	-	19.423
Petrobrás COMPERJ	18	18
Nov Almirante Tamandaré	583	-
SBM FPSO Mero 4	15.697	-
Nov Alexandre de Gusmão	4.746	-
BMC33	10.792	-
Loadout Support Services	1.706	-
FPSO P74	-	2.606
Outros	-	184
Subtotal	**33.542**	**55.875**
Valores a faturar	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Nov Almirante Tamandaré b6	-	143.695
SBM FPSO Mero 4	-	67.788
Nov Alexandre de Gusmão M4	-	48.453
SAIPEM P-79	655.702	131.328
Subtotal	**655.702**	**391.264**
Total circulante	**689.244**	**447.139**
Não circulante		
Valores faturados	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Cameron Sepetiba	32.956	-
Nov Almirante Tamandaré B6	6.299	-
Total	**39.255**	**-**

5. Adiantamentos a fornecedores:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores Nacionais	22.216	42.381
Fornecedores Estrangeiros	17.921	21.646
Total	**40.137**	**64.027**

6. Estoque:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Produção em andamento	78.102	72.235
Estoque de matéria-prima	63.559	101.994
Remessa para industrialização em terceiros	12.485	3.925
Produto acabado	-	130
Produto semiacabado	18.131	8.307
Estoque de terceiros em nosso poder	355.802	136.014
Estoque para revenda	-	2
	528.079	**322.607**
Alocação produção em andamento (nota 2.1)	(97.713)	(82.022)
	430.366	**240.585**
Passivo circulante		
Estoque de terceiros em nosso poder	(355.802)	(136.014)
Total	**(355.802)**	**(136.014)**

7. Impostos a recuperar:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	338	172
IRPJ e CSLL	425	389
ICMS	11.470	5.447
PIS e COFINS	5.175	2.163
INSS	35	-
ISS	1.723	-
Outros impostos	844	172
Total	**20.010**	**8.343**

8. Partes relacionadas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Passivo		
Circulante		
Toyo Engineering Japan - Invoices	3.491	1.644
Toyo Engineering Japão - MOU MV32	2.331	2.331
Toyo Setal Empreendimentos Ltda. (i)	285.208	191.116
	291.030	**195.091**
Não circulante		
Toyo Engineering Japan (ii)	1.120.485	1.268.236
Total	**1.411.515**	**1.463.327**

(i) Operações de mútuo R$235.479 (R$183.713 - 2022); Despesas operacionais compartilhadas R$49.729 (R$1.496 - 2022). (ii) Operações de mútuo.

Receitas/(despesas) com partes relacionadas	31/12/2023	31/12/2022
Despesas de juros - Operações de mútuos	(32.209)	8.814
Variação cambial - Operações de mútuo	146.456	252.209
Variação cambial - Invoices	(32)	(165)
Custos e FEES - Toyo Engineering	(3.802)	(177)
Despesas operacionais compartilhadas TSE	(24.875)	(13.945)
Custos compartilhados TSE - P74	(14)	-
Custos compartilhados TSE - MV31	(7)	(8)
Custos compartilhados TSE - MERO 2	(11)	(203)
Custos compartilhados TSE - MV32	(412)	(87)
Custos compartilhados TSE - NOV AT WT	(315)	(609)
Custos compartilhados TSE - NOV AT TEG	(4)	(108)
Custos compartilhados TSE - SBM MERO 4	(711)	(145)
Custos compartilhados TSE - P-79	(2.943)	(800)
Custos compartilhados TSE - NOV AG SW	(17)	(11)
Custos compartilhados TSE - NOV AG TEG	(36)	(4)
Custos Compartilhados TSE - MODEC BMC 33 EMT	(27)	(191)
Custos Compartilhados TSE - MODEC BMC 33	(2.125)	-
Custos compartilhados TSE - MODEC BMC 33 DETAIL ENG	(1.365)	-
Total	**77.551**	**244.569**

9. Bloqueios judiciais e contingências: 9.1 Banco Santos: Em dezembro de 2020 foi instaurado na 31ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital - SP, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - TJSP, processo cuja natureza visava a desconsideração da Personalidade Jurídica, direta e inversa, para que seja reconhecido grupo econômico entre PEM, SETEC, SOG e reconhecimento de confusão patrimonial entre estas e a EBR. Além do reconhecimento de desvio de finalidade de empresas e confusão patrimonial entre seus patrimônios e de seus respectivos sócios, tal ação visa buscar a responsabilização de todos os 32 Requeridos (dentre eles a EBR, sua coligada TSE e controladora TSPI) pelo débito originalmente contraído pela SETEC, avalizado por PEM e Roberto Ribeiro de Mendonça. Neste cenário, foram deferidos diversos pedidos de bloqueio de bens e valores de todos os réus, entre eles a TSE, bem como decisões favoráveis para levantamentos de valores bloqueados, cuja monta em 31/12/2021 era de R$1.825. Ao longo de 2022, todos os bloqueios foram levantados de forma que no exercício findo de 31/12/2023 inexistem saldos bloqueados referentes a esta ação. O valor total do processo constante nos autos é de R$321.435 (trezentos e vinte e um milhões, quatrocentos e trinta e cinco reais mil), valor pleiteado pela Massa Falida do Banco Santos e atualizado até fevereiro de 2022 (última atualização constante nos autos). Entretanto, há cálculo realizado por perito judicial e homologado pelo juízo em ação monitória precedente ao IDPJ, entre a credora original e o Banco Santos, no valor atualizado de R$41.447 (quarenta e um milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil), levando a crer que, caso haja alguma condenação às partes, o valor será substancialmente mais baixo. Na avaliação dos advogados a probabilidade de perda deste processo é possível. Entretanto, a chance de haver condenação no valor integral pleiteado é remota, sobretudo em razão de incongruências apontadas em impugnações especificas realizadas pelos Requeridos (apoiadas em laudos técnicos), pendentes de análise em primeiro grau. Assim, há alta probabilidade de ser determinada perícia contábil para apuração do valor de eventual condenação, com substancial minoração. Soma-se a isso o fato de este incidente tramitar contra 32 pessoas (físicas e jurídicas), de forma que uma eventual condenação para pagamento poderá, a depender da decisão judicial, ser dividida solidariamente entre aqueles que forem efetivamente condenados. **9.2 Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica - IDPJ:** O IDPJ foi proposto pela União Federal em face da EBR, e de sua coligada TSE, em busca do reconhecimento da responsabilidade das empresas por débitos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), e Contribuição Social sobre Lucro Líquido ("CSLL"), exigidos da empresa SOG Óleo e Gás ("SOG") nos autos da Execução Fiscal. Em razão de pedido de tutela formulado pela Fazenda Nacional, foram determinados bloqueios judiciais que montam em 31/12/2022 o valor de R$15.444. Foi apresentada Impugnação ao IDPJ demonstrando a impossibilidade de atribuição de responsabilidade pelos débitos tributários de IRPJ, IRRF e CSLL à TSE e ao EBR em razão da inexistência de confusão patrimonial e desvio de finalidade, na medida em que as referidas empresas foram criadas no âmbito de uma joint venture formada pela Toyo Japão e pela SOG. Ademais, foram apresentadas petições indicando a impossibilidade de exigência da multa qualificada prevista no artigo 44 da Lei nº 9.430/1996, na medida em que a SOG já efetuou o pagamento de multa punitiva no acordo de delação premiada firmado com o Ministério Público Federal, homologado pela 13ª Vara Federal de Curitiba e pedindo a extinção do IDPJ em razão da nulidade das certidões de dívida ativa, conforme entendimento do STJ em recursos repetitivos firmado no julgamento do REsp nº 1.045.472, em razão de erro na fundamentação legal das certidões em dívida ativa. O Agravo de Instrumento foi interposto por TSE e EBR em busca da reforma da decisão proferida no IDPJ que determinou o bloqueio de ativos financeiros da TSE e do EBR. Da mesma forma, no Agravo de Instrumento foi demonstrada a inexistência de confusão patrimonial e desvio de finalidade, na medida em que as referidas empresas foram criadas no âmbito de uma *joint venture* (TSPI) formada pela Toyo Engineering e pela SOG. Aguarda-se a análise do pedido de tutela pela Desembargadora Relatora. O valor em discussão atualizado até 06/12/2023 é de R$301.718 e na avaliação dos advogados a probabilidade de perda deste processo é possível. Cumpre ressaltar que o valor acima estabelecido apresenta evidente falta de liquidez e incerteza em decorrência da determinação judicial da 13ª Vara Federal de Curitiba, além do entendimento do STJ firmado pela Primeira Seção, sob o rito dos recursos repetitivos, no julgamento do Recurso Especial nº 1.045.472, no sentido de que a necessidade de alteração de fundamento legal da autuação requer a revisão do lançamento e, portanto, a nulidade da certidão em dívida ativa.

10. Imobilizado:

Descrição	2022	Adições	Baixas	Trans.	2023
Custo					
Veículos	5.278	-	(290)	-	4.988
Máquinas e equipamentos	86.213	2.774	(14.155)	1.603	76.434
Móveis e utensílios	2.152	1.908	-	-	4.060
Equipamentos de informática	8.627	236	-	-	8.863
Outras instalações de campo	11.322	-	(34)	15.094	26.381
Terrenos	54.823	-	-	-	54.823
Prédios - Estaleiro	236.070	36	-	1.610	237.716
Cais - Estaleiro	137.675	4.511	-	3.876	146.062
Imobilizado em andamento	22.854	8.614	-	(22.183)	9.286
Total do custo	**565.014**	**18.079**	**(14.479)**	**-**	**568.613**
Depreciação	**2022**	**Depreciação**	**Baixas**	**Trans.**	**2023**
Veículos	(3.194)	(553)	278	-	(3.470)
Máquinas e equipamentos	(38.059)	(6.065)	8.140	-	(35.984)
Móveis e utensílios	(1.654)	(348)	-	-	(2.002)
Equipamentos de informática	(5.311)	(832)	-	-	(6.143)
Outras instalações de campo	(5.228)	(1.350)	33	-	(6.545)
Prédios - Estaleiro	(41.580)	(6.195)	-	-	(47.775)
Cais - Estaleiro	(137.675)	(1.133)	-	-	(138.808)
Total da depreciação	**(232.701)**	**(16.476)**	**8.451**	**-**	**(240.727)**
Saldo liquido	**332.313**	**-**	**(6.028)**	**-**	**327.886**

Na avaliação de recuperabilidade de seus ativos imobilizados, conforme descrito na Nota 2.2 - h, o Grupo prioriza o emprego do valor em uso dos ativos a partir de projeções que consideram: (i) a vida útil estimada do ativo e (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração, em razão das características dos negócios. Em 31/12/2023 e 2022, a EBR efetuou os testes de perda por desvalorização (impairment) para seus ativos concluindo pela manutenção do valores de registro.

11. Intangível:

Custo	31/12/2022	Adições	31/12/2023
Software e licença de uso	1.642	-	1.642
Amortização	**31/12/2022**	**Amortização**	**31/12/2023**
Software e licença de uso	(1.633)	(4)	(1.637)
Saldo Líquido	**9**	**-**	**5**

12. Empréstimos:

Circulante			
Instituição	**Tipo**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Stowaway	Giro	9.911	10.451
Total		**9.911**	**10.451**

13. Fornecedores:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Nacionais	64.644	46.148
Estrangeiros	1.190	661
Total	**65.834**	**46.809**

14. Obrigações trabalhistas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Salários e Pró-Labore a pagar	8.500	6.003
FGTS	1.596	1.165
INSS	6.685	4.466
Provisão de férias, 13º e encargos sociais	22.608	11.354
Outros	4	31
Total	**39.393**	**23.019**

15. Impostos a recolher:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Retenções terceiros (IR, INSS, ISS e PCC)	4.737	1.941
PIS e COFINS	395	56
ISS	1.782	-
	6.914	**1.997**
Não circulante		
PIS e COFINS (Parcelamento)	512	1.024
	512	**1.024**
Total	**7.426**	**3.021**

continuação

16. Adiantamento de clientes:

| Descrição | 31/12/2023 | 31/12/2